



DESTAQUES

Tribunal acolhe OPAS em processo movido pela Philip Morris contra o Uruguai

O tribunal arbitral ligado ao Banco Mundial, International Centre for Settlement of Investment Disputes (ICSID), aceitou que a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) participe do processo movido pela Philip Morris contra o Uruguai na qualidade de “amicus curiae” ou “amigo da corte”, a pedido do governo uruguaio. Anteriormente, o ICSID aprovou a participação da OMS.

A Philip Morris, por sua vez, tentou vetar a participação da OPS utilizando três argumentos: a de que OPAS e OMS seriam a mesma representação; a situação como amicus curiae deveria acrescentar uma visão distinta das partes, o que não ocorre com a OPAS e OMS, agências da área da saúde, e que os documentos a serem apresentados pelas agências não teriam relação com a disputa.

Para o ICSID, a participação da OMS e OPAS pode contribuir devido ao acúmulo de conhecimento na área.

"o tribunal acredita que a apresentação pode ser benéfica em seu processo de tomada de decisões, considerando a contribuição do conhecimento específico e experiência de uma entidade qualificada como a OPAS tem a respeito as questões em disputa".

O ICSID acrescentou ainda que, dado o interesse público no assunto, a solicitação do Uruguai "apoiaria a transparência dos procedimentos e sua aceitabilidade".

Iniciado em 19 de fevereiro de 2010, após implantar advertências que cobriam 80% das embalagens de cigarro, o processo movido pela Philip Morris contra o Uruguai no, organização de arbitragem ligada ao Banco Mundial, pode se arrastar por anos.

Fonte: El País / SE-Conicq

<http://www.elpais.com.uy/informacion/ayuda-juicio-philip-morris.html>

BRASIL

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

Reunião entre técnicos e agricultores gera diagnóstico para diversificação do tabaco em Restinga Sêca - RS

Município integra a diretoria da AMPROTABACO

A chamada pública da diversificação do tabaco foi tema de reunião realizada pelo escritório municipal da Emater/RS-Ascar do município de Restinga Sêca, região central do Rio Grande do Sul, na última semana de abril.

A reunião teve como objetivo propor formas de melhoria para a comunidade e alternativas de produção além do tabaco, através do diálogo com os produtores rurais, e contou com a presença de 19 pessoas.

Por meio da orientação da Emater/RS-Ascar, o grupo efetuou um DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), em que é possível aferir quais são as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças da comunidade.

“Tais ferramentas nos auxiliam a ver, juntamente com o grupo, como está a situação da comunidade. Após isso poderemos planejar a época ideal para buscar a diversificação do que é produzido aqui na comunidade”, explicou o chefe do escritório municipal da Emater/RS-Ascar de Restinga Sêca, Guilherme Godoy.

Também foi realizado o calendário sazonal, colocando em um painel as principais culturas produzidas pela comunidade e as suas respectivas datas de plantação e colheita.

A reunião concluiu que entre os aspectos positivos da comunidade estão a terra fértil, estradas de acesso em boas condições e a boa convivência entre os integrantes, bem como oportunidades de melhoria, tais como a realização de cursos de qualificação, melhor uso da água da chuva e um maior aproveitamento do Salão Comunitário.

O grupo definiu que na área da produção irá trabalhar o escoamento e a diversificação da produção.

“este tempo foi muito proveitoso porque serviu para a gente ver o que é possível diversificar na nossa cultura”, afirmou a produtora rural Franciele Caroline.

Fonte: Osepeense/SE-Conicq

<http://osepeense.com/restinga-seca-realizou-reuniao-com-produtores-de-tabaco/>

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Audiência Pública debate divergência entre produção e indústria no Rio Grande do Sul

No dia 15 de maio, o Município de Camaquã, Rio Grande do Sul, abrigou uma audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, requerida pelo deputado Sérgio

Moraes (PTB-RS), com o objetivo de debater políticas de preços e comercialização do tabaco, e os problemas enfrentados pelos produtores na comercialização da safra 2014/15.

No Requerimento 62/15, Moraes apresentou como justificativa a queda contínua dos preços do tabaco exportado.

“Atualmente, aproximadamente 87% (oitenta e sete por cento) do tabaco produzido no Rio Grande do Sul é exportado. Porém, o preço do tabaco in natura continua caindo, mesmo com a alta do dólar no mercado financeiro”.

Internamente, produtores reclamam dos preços praticados por algumas fumageiras, consequência dos critérios de classificação mais rigorosos, enquanto outras fumageiras mantiveram preços sem reajuste ou sequer compraram o tabaco. Segundo representantes da fumicultura, a dissociação entre produção de tabaco e a recusa na aquisição da safra coloca em risco a produção integrada entre produtores e Indústria.

Entrevistado pela Rádio Gazeta do Sul, Moraes associou a recusa da aquisição do tabaco pela Indústria devido a alta do dólar, e não a retração do consumo global.

“Quando o dólar está baixo, o preço do tabaco é baixo por esse motivo. Quando o dólar está alto, o preço do tabaco também é baixo pelo mesmo motivo. Essa conta não aprendi na escola e as indústrias precisam nos explicar o que está acontecendo”, frisou Moraes em entrevista à Rádio Gazeta, de Santa Cruz do Sul.

O deputado alertou que a comunidade precisa estar atenta e apoiar a reivindicação dos fumicultores, que buscam melhores preços pelo produto.

“Os colonos estão recebendo pouco pelo tabaco e isso já está se refletindo no comércio. A região fumageira funciona em cadeia. Quando a safra vai mal, o resto vai mal também. É preciso reverter esse cenário”, acrescentou.

Foram convidados para participar da Audiência Pública, Benício Albano Werner, Presidente da AFUBRA; Sérgio Pacheco, Presidente dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul; Representante da FETAG; Representante da FARSUL; Vagner Erne, Diretor da Philip Morris Internacional Brasil; Andrea Martini, Presidente da Souza Cruz Tabacos; Cesar Augusto Bunecker, Diretor da Universal Leaf Tabacos e CEO para a América do Sul; Ernani Polo, Secretário da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul; Iro Schunke, Presidente do SINDITABACO; Eduardo Renner, Diretor Regional da JTI Tabaco.

Fonte: Portal do Tabaco / SE-Conicq

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1324599&filename=REQ+62/2015+CAPADR
<http://portaldotabaco.com.br/?p=854>

Banco de investimento avalia ações para Souza Cruz deixar de operar na Bolsa

A Souza Cruz contratou o banco de investimentos Credit Suisse, sediado em Zurique, e que no Brasil atua em área financeira restrita para conduzir oferta para retirar a companhia da Bolsa.

A fabricante de cigarros informou que o laudo de avaliação de ações da companhia no âmbito da oferta pública de aquisição de ações (OPA) apurou valor entre 24,30 e 26,72 reais por papel.

Acionistas da companhia aprovaram em abril a contratação do Credit Suisse para a confecção de um novo laudo de avaliação das ações da empresa para a oferta pública lançada pela controladora British American Tobacco.

Fonte: DCI

[http://www.dci.com.br/financas/souza-cruz-diz-que-laudo-para-opa-apontou-valor-de-acoes-entre-r\\$24,30-e-r\\$26,72-id465837.html](http://www.dci.com.br/financas/souza-cruz-diz-que-laudo-para-opa-apontou-valor-de-acoes-entre-r$24,30-e-r$26,72-id465837.html)

PRODUTOS DE TABACO ILÍCITO

Congresso cria frente parlamentar para combater contrabando e falsificação

O Congresso Nacional lançou no dia 14 de maio uma frente parlamentar mista dedicada a combater o contrabando e a falsificação. A solenidade de lançamento da frente foi aberta com apresentação de um projeto de lei propondo aumento das penas para esse tipo de crime (PL 1530/2015).

Parlamentares que integram a frente estimam que, a cada ano, o Brasil perca cerca de R\$ 100 bilhões apenas com o crime de contrabando.

De acordo com o presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação, deputado Efraim Filho (DEM-PB), o grupo tem como principais objetivos cobrar do Poder Público medidas contrárias a esse tipo de crime, discutir o assunto com a sociedade por meio de debates e audiências públicas, além de elaborar e apresentar propostas conjuntas de legislação sobre o tema.

Outros desafios da comissão serão impor maior rigor na fiscalização das fronteiras; criação de uma agenda positiva Brasil/Paraguai, de caráter empresarial, para que o país vizinho possa se desenvolver de forma sustentável; Promoção de ajustes tributários para que os produtos legalizados possam ser mais competitivos, reduzindo assim a atratividade financeira de mercadorias contrabandeadas.

O evento contou com participação do presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), Iro Schünke, de parlamentares e entidades representativas de diversos setores.

Fonte: Agência Brasil/SindiTabaco

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-05/congresso-cria-frente-parlamentar-para-combater-contrabando-e-falsificacao>
<http://sinditabaco.com.br/mercado-ilegal-contrabando-sera-tema-de-eventos-em-brasil/>

Fábrica clandestina de cigarros é fechada em Lavrinhas, SP

A Polícia Federal fechou no dia 5 de maio uma fábrica clandestina de cigarros em Lavrinhas, interior de São Paulo. Aproximadamente 500 mil maços de cigarros foram apreendidos, mas ninguém foi preso.

Na ação, em conjunto com a Receita Federal, foi cumprido um mandado de busca e apreensão expedido pela Vara Federal de Guaratinguetá. As investigações que levaram ao local duraram dois meses.

Na fábrica, que fica às margens da Via Dutra, principal corredor viário entre São Paulo e Rio de Janeiro, foram encontrados maços de cigarro, de marcas variadas nacionais e estrangeiras, com selos de controle. Segundo a polícia, nesse local havia também uma linha de produção completa para confecção e embalagem dos cigarros.

“Ainda não fizemos uma contagem mais refinada dos cigarros apreendidos, mas foram suficientes para encher dois caminhões baús”, disse o delegado Sérgio Mori da PF.

Ninguém foi encontrado na fábrica clandestina. Será instaurado um inquérito para apurar quem são os proprietários do local, que poderão responder pela falsificação de selos de controle de imposto e importação irregular de maquinário.

Fonte: G1

<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2015/05/fabrica-clandestina-de-cigarros-e-fechada-em-lavrinhas-sp.html>

MUNDO SEM TABACO

Mais três países africanos adotam advertências nas embalagens

Agora são oito e a tendência é avançar

Dispositivos de proteção a saúde da população africana estão sendo gestados no continente através da CQCT.

Dos cinco países que utilizam advertências sanitárias, agora se juntaram mais três - Burkina Faso, Namíbia e Chade – que aprovaram recentemente em suas legislações a introdução de advertências ilustradas nas embalagens de tabaco.

Em março, o ministro da Saúde do Chade publicou decreto implantando advertências cobrindo 70% da parte frontal das embalagens. A Indústria do Tabaco atuante em Chade terá nove meses para cumprir a nova exigência. Esta política fará de Chade o

país africano a ter a advertência com mais visibilidade em todo o continente, ficando a frente de Maurício que implantou a advertência em 65% para ambos os lados.

Na Namíbia, as advertências entraram em vigor no dia 1 de Abril. Os avisos cobrem 60% em ambos os lados das embalagens.

No dia 07 de abril foi a vez de Burkina Faso que publicou decreto inserindo advertências ilustradas cobrindo 60% em ambos os lados das embalagens. A Indústria tem 12 meses para se adaptar a nova legislação.

Os três países se somam a outros cinco (Quênia, Madagáscar, Maurício, Senegal, Seicheles), que já incluíram advertências ilustradas em suas legislações.

Fonte: Who

<http://www.who.int/fctc/mediacentre/news/2015/africapictorial/en/>

Portugal diverge sobre eficácia das advertências nas embalagens de cigarro

Philip Morris entende que advertências não inibem consumo

Em Portugal, a nova lei anti-tabaco aprovou que as embalagens de tabaco serão ilustradas com imagens que pretendem chocar os tabagistas, e dessa forma levá-los a deixar de consumir tabaco. A medida se apresenta como um tratamento de choque, mas há quem a considere insatisfatória.

Pais e especialistas divergem dizendo que as advertências nas embalagens são importantes, mas insuficientes. Embora se acredite que as imagens são eficazes entre os jovens e os tabagistas em abstinência, "pois eliminam os estímulos por impulso", outros defendem que "a rotina irá rapidamente atenuar" o efeito das imagens.

"Falta discutir a questão nas escolas. Não está nos programas. A preocupação está focada nas metas, nas matérias a cumprir", defende o Presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais, Jorge Ascensão.

A médica Sofia Ravara dá também o exemplo do que acontece na Espanha, em que é proibido fumar em hospitais, onde foi registado uma diminuição entre profissionais de saúde.

A Philips Morris acredita que os avisos no maço, por mais chocantes que sejam, não irão diminuir o consumo.

Fonte: Notícias ao Minuto

<http://www.noticiasao minuto.com/pais/389410/tratamento-choque-em-macos-de-tabaco-e-insuficiente>

Uruguai propõe que álcool e tabaco integrem política mundial antidrogas

O secretário-geral da Junta Nacional de Drogas (JND) do Uruguai, Milton Romani, defende que o álcool e o tabaco sejam alvos da luta mundial antidrogas "como forma de estabelecer políticas integrais", segundo informou no dia 8 de maio a presidência da República.

"Propomos a criação de um grupo de especialistas que analise estes temas (...) e que propague a integração da estratégia mundial da Organização Mundial da Saúde para reduzir o consumo nocivo de álcool e o convênio marco para o tabaco como forma de estabelecer políticas integrais de drogas", sugeriu Romani.

O titular da JND participou do debate de alto nível da 69ª sessão da Assembleia Geral da ONU, realizado ontem em Nova York. Segundo sua opinião, o grupo de trabalho serviria também para estudar o uso medicinal de drogas e incorporar o conceito de redução de danos a partir da ideia de regular mercados.

"É um espaço de consumo e de redução de danos, isso é o mercado regulado", resumiu em referência ao exemplo uruguaio perante a regulação da produção e comercialização de cannabis, que vem sendo implementada no país sul-americano. A lei da maconha, como ficou conhecida, foi aprovada em 2013 pelo governo do ex-presidente José Mujica (2010-2015).

Durante o debate internacional na ONU, Romani insistiu que as políticas repressivas não funcionam e condenou a pena de morte para casos vinculados a drogas, como o fuzilamento de oito pessoas na semana passada na Indonésia, entre elas um brasileiro.

"A única coisa que estamos propondo é analisar os aspectos das convenções que não funcionam bem ou as práticas de muitos Estados que têm uma interpretação em um sentido mais repressivo", comentou Romani.

Fonte: Notícias R7

<http://noticias.r7.com/internacional/uruguai-propoe-que-alcool-e-tabaco-integrem-politica-mundial-antidrogas-08052015>

CIGARRO ELETRÔNICO

Vapor da Discórdia: Usuários driblam proibição de venda de cigarro eletrônico, mas médicos questionam produto

Criados no início dos anos 2000, os cigarros eletrônicos vêm se multiplicando em modelos, sabores e controvérsia. Enquanto, em países como EUA e Reino Unido, os chamados e-cigs se popularizaram, em outros, como Dinamarca e Itália, sua venda tem diversas restrições.

No Brasil, a comercialização do produto é proibida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas os dispositivos vêm ganhando uma legião de adeptos no país. Eles conseguem adquirir cigarros eletrônicos facilmente pela internet e até em lojas de rua. Há, inclusive, usuários que passaram a comprar grandes quantidades do produto

em balcões virtuais para revender por aqui. Só de janeiro de 2014 a este mês, a Receita Federal apreendeu 2.100 unidades, a maioria em Foz do Iguaçu.

Enquanto os usuários, chamados de “vapers”, militam pela sua regulamentação no Brasil, alegando que os e-cigs podem ajudar na luta para abandonar o cigarro convencional, especialistas pedem muita cautela. De acordo com médicos, ainda não há um volume suficiente de estudos para garantir que os dispositivos sejam seguros para a saúde.

Alimentados por baterias, os e-cigs são dispositivos que geram vapor inalável a partir de cartuchos descartáveis com líquidos compostos de aromatizantes, água, glicerol e outros elementos. O usuário pode escolher entre cartuchos com diferentes doses de nicotina ou até sem a substância, considerada altamente nociva e viciante. Justamente por haver essa opção de regular a dosagem de nicotina, muitas pessoas que desejam abandonar o cigarro comum estão adotando o eletrônico.

De acordo Jaqueline Scholz, diretora do Programa de Tratamento do Tabagismo do Instituto do Coração (Incor), do Hospital das Clínicas da USP, o vapor dos e-cigs percorre os mesmos caminhos da fumaça do cigarro comum: inalado, ele vai para o pulmão e ganha a corrente sanguínea, nos alvéolos pulmonares — uma parte é absorvida pelo organismo e a outra, expelida:

— A diferença do vapor para a fumaça é a ausência das substâncias tóxicas provenientes da combustão.

Secretária-executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, do Instituto Nacional do Câncer (Conicq/Inca), Tânia Cavalcante considera os e-cigs um grande dilema na comunidade científica:

— Há muito marketing sobre eles e seu possível auxílio no tratamento do vício à nicotina, mas muita coisa sem base científica. Os estudos a respeito ainda são recentes para qualquer conclusão sobre os seus efeitos.

Apesar de o número de “vapers” crescer em todo mundo, sua situação está longe de ser unanimidade entre as autoridades. Enquanto países como Alemanha, França e Reino Unido permitem a sua venda, outros como Dinamarca, Finlândia e Itália o fazem com restrições. No EUA, a sua legalidade varia de acordo com cada estado. Já Argentina e México o proíbem.

Por aqui, a Anvisa alega que a venda dos e-cigs não é permitida porque “não há comprovação clínica nem científica da eficácia e da segurança na utilização de tais produtos”, e nem da sua segurança para o fumo passivo.

A posição das autoridades brasileiras segue uma conclusão semelhante da Organização Mundial de Saúde (OMS), que no ano passado elaborou um relatório alertando para o perigo que o produto pode ter para crianças e jovens.

Fonte: O Globo

<http://oglobo.globo.com/sociedade/saude/vapor-da-discordia-usuarios-driblam-proibicao-de-venda-de-cigarro-eletronico-mas-medicos-questionam-produto-16182500>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA